

# NEOLIBERALISMO E DOCTRINA DE CHOQUE: AS NARRATIVAS DA DITADURA MILITAR CHILENA NAS PÁGINAS DO IMPRESSO *O ESTADO DE S. PAULO*

Vinicius Augusto Pontes de Carvalho<sup>1</sup>

**Resumo:** O presente trabalho pretende realizar uma investigação histórica sobre como o periódico O Estado de São Paulo, cujos proprietários reivindicavam-se defensores da democracia e das liberdades individuais, portadores de uma determinada visão de mundo influenciada pelo liberalismo clássico, posicionou-se em relação às plataformas econômicas do neoliberalismo durante o processo brasileiro de redemocratização. Pretendemos examinar o conteúdo do periódico entre o recorte histórico de 1973 a 1988, na cobertura realizada a partir do processo do golpe de estado no Chile e a consequente implantação do receituário neoliberal naquele país, que foi concomitante ao início do período de distensão política no Brasil. Desta forma, o periódico O Estado de S. Paulo visava qualificar-se para o debate que envolvia alternativas ao receituário econômico do regime autoritário brasileiro e elegeia personalidades que se apresentavam como porta-vozes de um discurso econômico que pretendia antagonizar - à direita - o keynesianismo. O conjunto de hipóteses que abordamos é que após a eclosão do golpe militar chileno, ocorrido em setembro 1973, e o seu movimento de aproximação com a Escola de Chicago, suscitou na linha editorial de O Estado de S. Paulo uma gradativa legitimação e positivação das políticas neoliberais da ditadura chilena - mesmo com as notícias de uso de extrema violência da mesma - com vistas a induzir o debate público travado no Brasil neste período e influenciando amplos setores da sociedade civil. O conteúdo político suscitado pela figura do economista Milton Friedman, presente no processo de aplicação do receituário econômico neoliberal, permeou o imaginário político-econômico do noticiário do jornal, num cenário global de dicotomia econômica no seio do capitalismo quando o estatismo de influência keynesiana, que a linha editorial do impresso muitas vezes acusou de ser posto em prática pelo período Geisel, e o liberalismo econômico renovado que ganharia contornos mais claros com a influência de economistas da chamada Escola de Chicago na América Latina. Este trabalho pretende efetuar a pesquisa no referido periódico demarcando-o sob os limites da História do Tempo Presente, especialmente devido a conveniência de alguns temas aqui inseridos, como neoliberalismo, mídia e autoritarismo, que tem sido demandados para ampliar a compreensão dos fenômenos ocorridos no Brasil da atualidade. Portanto, a partir desta perspectiva, visamos analisar as novas maneiras de se narrar a história política e o papel da mídia de massas nas sociedades modernas, de acordo como os estudos propiciados pelo historiador François Dosse, o espaço de experiência e horizonte de expectativas, como caracterizado pelo historiador Reinhart Koselleck, contido na escrita dos documentos coletados nos impressos, o conceito de neoliberalismo tal qual compreendido pelo historiador Perry Anderson e pelo geógrafo David Harvey, e o processo de relativização da violência extremada como preço a ser pago pela concretização da implantação do modelo econômico neoliberal de acordo com as análises da socióloga e economista Naomi Klein, alcunhado por ela como "doutrina de choque".

**Palavras-chave:** Neoliberalismo; Chile; Ditadura; O Estado de S. Paulo

---

<sup>1</sup> Mestrando em História do Tempo Presente financiado pela CAPES no Programa de Pós-Graduação de História da Universidade do Estado de Santa Catarina.

O historiador francês Henry Rousso na sua obra “A última catástrofe” formulando uma observação sobre a História do Tempo Presente, disserta sobre as problemáticas encontradas pelos historiadores para manusear tal aporte teórico. Uma das provocações por ele levantadas é o cuidado em efetuar um certo afastamento entre o pesquisador e objeto pesquisado, pois, segundo o autor, a História do Tempo Presente “se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado” (ROUSSO, 2016, p. 18). Todavia, a inserção do objeto pesquisado no presente não implica, necessariamente uma impossibilidade de reflexão histórica acerca do mesmo, mas faz-se necessário compreendê-lo segundo uma lógica temporal a ser analisada e complexificada em um “acontecimento em uma duração (...) uma ordem de inteligibilidade que tenta escapar à emoção do instante” (ROUSSO, 2016, p. 237).

A partir desse primado argumentativo acerca das possibilidades de abordagem e compreensão do tempo presente, cabe considerar que o subcontinente sul-americano tem sido palco de acontecimentos que se desdobraram a partir do conjunto de ditaduras militares que dominaram seu cenário político nas décadas de 1960 e 1970, compondo um quadro socioeconômico que insiste em dominar grande das disputas ainda hoje em andamento. Particularmente, o caso da ditadura militar chilena (1973-1990) merece a atenção, dado que ali se configuraram situações de um “passado que não passa” e que seguem como parte dos enquadramentos que balizam os debates sociais, econômicos e políticos em diferentes países da região, inclusive o Brasil. Para além das notórias e sistemáticas violações aos direitos humanos básicos por parte de uma estrutura repressiva das mais abrangentes entre as ditaduras de então, e como parte indissolúvel deste processo, o Chile tornou-se laboratório de políticas econômicas que influenciaram temas em discussão, incluindo uma forte virada no pensamento econômico dominante no Brasil. Para abordar um tema tão abrangente, a escolha metodológica deste trabalho recai na investigação histórica e documental do conteúdo encontrado nas edições do periódico *O Estado de S. Paulo* nas décadas de 1970 e 1980. Assim, é importante ressaltar que, no caso chileno, estamos lidando com uma ditadura que contou com particularidades e nuances que geram desdobramentos pelo mundo até o tempo presente e a forma como o processo político chileno foi tratado pela imprensa brasileira pode suscitar uma reflexão mais nuançada dos significados do autoritarismo na América do Sul, tal como compreendido pelas elites que controlam os meios de comunicação. Não é menos instigante utilizar como principal fonte de pesquisa o já mencionado jornal *O Estado de S. Paulo*, que segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta “professava um liberalismo restrito aos direitos individuais, às instituições clássicas (parlamento, judiciário, partidos) e à economia de mercado” (MOTTA, 2017, p. 368).

A opção pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como documento e objeto de pesquisa ocorreu devido ao mesmo possuir uma linha editorial declaradamente doutrinária, delineada por uma espécie de “liberalismo positivista” (FONSECA, 2004). Esta configuração teórica enseja uma retórica inflexível em prol da economia de mercado como noção balizadora do desenvolvimento econômico, vinculada a um amparo do ordenamento conservador da sociedade (CAPELATO; PRADO, 1980). Pesquisar estas fontes na temporalidade em

questão, expressa um panorama de transformações de preceitos ideológicos articulados ao conservadorismo da linha editorial, um conservadorismo que no período em apreço aglutinava-se ao horizonte que anos mais tarde seria conhecido como neoliberal.

Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta, o periódico *O Estado de S. Paulo* apoiou o golpe de 1964 e o reivindicou como uma “revolução legítima”, continuando “a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social”. Porém, no âmbito dos debates que continuou a promover ao longo do período em que o país esteve sob o jugo do regime autoritário, “tampouco foi bem vista pela imprensa, notadamente o *Estadão*, a possibilidade de a ditadura fechar completamente as instituições políticas liberais (parlamento e partidos) — o que esteve em pauta no imediato pós-AI5” (MOTTA, 2017, p.369). Atitudes que apesar de dúbias podem ajudar a jogar luz ao problema central desta pesquisa, que é construído a partir da observação dos desvãos que instituições, ainda que privadas, auto-declaradas liberais e por vezes reféns de políticas repressivas como o AI-5, defenderam quando a ocasião foi-lhes confortável, dado que foram úteis à repressão de grupos que contraponham a sua tradição ideológica. A respeito de tal percepção, Motta faz o seguinte questionamento:

Como conciliar a manutenção da ordem social com a devoção à liberdade, especialmente a sua liberdade? Os principais veículos da mídia partilhavam (partilham ainda) as convicções antiesquerdistas e anticomunistas comuns aos setores sociais dominantes, por isso apoiaram com entusiasmo a intervenção militar, mais do que isso, ajudaram a provocá-la. No entanto, não desejavam uma ditadura que tolhesse sua liberdade de expressão, ou seja, a censura era admissível apenas para impressos de menor porte ou de esquerda. Alguns veículos da grande mídia tampouco desejavam que a ditadura ameaçasse a perspectiva liberal em outros pontos também, como o predomínio do mercado e das empresas privadas. (MOTTA, 2007, p. 368)

Em se tratando de alinhamento ideológico, o jornal *O Estado de S. Paulo* é historicamente transparente na nitidez de seu posicionamento, militando politicamente, de forma, inclusive, a ter similaridade e comportamento como um partido político (CAPELATO, PRADO, 1980), dado que segundo as próprias diretrizes editoriais, o diário paulistano visava “defender intransigentemente o regime da iniciativa privada, dentro do espírito de um neoliberalismo esclarecido”.<sup>2</sup>

Portanto, pretendemos investigar o processo em que após a eclosão do golpe militar chileno em 1973 e o seu movimento de aproximação com a chamada Escola de Chicago, vertente acadêmica de economistas e formuladores de políticas econômicas pautadas no livre-mercado e na abolição de mecanismos de gestão pública tanto da economia quanto de políticas sociais e previdenciárias, a linha editorial de *O Estado de S. Paulo* passou à legitimação da implementação das chamadas políticas monetaristas que viriam a ser conhecidas

2 *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 14 de abril de 1973, p. 24

como neoliberais, inspiradas no que ocorria no Chile. Mesmo com a violência empregada pelo regime chileno, suas ações em âmbito econômico foram apreciadas como inspiradoras no intuito de manejar o debate público enredado no Brasil no período, almejando influenciar setores abrangentes da sociedade-civil, inclusive influenciando o processo de transição política para o predomínio civil que começa a ser ensaiado naquele contexto no Brasil. O bloco de ideologias absorvidas por tais agentes, Escola de Chicago e Regime Pinochet, permeou o imaginário político-econômico do noticiário do periódico em um contexto em que o debate entre “o estatismo de influência keynesiana e o liberalismo econômico renovado ganharia contornos mais nítidos com a influência de economistas da chamada Escola de Chicago na América Latina” (LOHN, 2016).

Trata-se de compreender a narrativa operada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* como instrumento de crítica às ações de um Estado nacional-desenvolvimentista no Brasil, bem como às configurações existentes nos países do mundo socialista, ao Estado de bem-estar social europeu e às lutas sociais e sindicais. Tal narrativa elaborada a partir de uma linha editorial razoavelmente coerente esteve presente em diferentes artigos de opinião publicados no periódico, bem como também assumiu um papel de protagonismo na proposição de debates que inaugurariam a chamada Nova República. Portanto, necessita ser examinada sob uma perspectiva histórica.

Precisamos, contudo, compreender quais tipos de “liberalismos” a que nos referimos nessa pesquisa. O advento da emergência do liberalismo se enreda com o processo de transformações que ocorreram na Inglaterra entre os séculos XVI e XVII. Imersos num acentuado desequilíbrio social, em tal contexto iniciava a formação de uma considerável transformação nos vínculos de propriedade (WOOD, 2003). A teoria política liberal, que viria também a dar sentido e origem à teoria liberal econômica, erigiu-se com a inquietação fundamental de delimitar os poderes monárquicos e autocratas. O liberalismo procurava instituir um Estado decorrente da consonância entre indivíduos livres. A perspectiva econômica clássica arrogava-se no não cerceamento às energias da propriedade privada, de uma proto-ideia de mercado e da iniciativa individual, bem como a ideia de constitucionar a sociedade de forma a criar um novo ordenamento social judicializante que se estenderia sobre todos os indivíduos, e que concederia garantias perante estruturas que os liberais compreenderiam como ilegítimas (MERQUIOR, 2014).

Por outro lado, sobre o chamado neoliberalismo do século XX, o historiador Perry Anderson afirma que tal sistema tem sua gênese entre o fim da II Guerra Mundial e o imediato pós-guerra como uma resposta ao Estado “intervencionista”, com a sua ideia de investimento em estruturas públicas e sociais. Uma das obras fundantes foi o livro “O caminho da servidão”, do filósofo austríaco Friedrich Hayek. Em tal obra, o autor demonstrava inquietação com qualquer ideia de intervenção estatal em qualquer setor da sociedade, Mesmo a mais ínfima forma de intervenção poderia levar ao autoritarismo, como o mesmo coloca em tal excerto: “apesar de suas boas intenções, a social-democracia moderada inglesa conduz ao mesmo desastre que o nazismo alemão — uma servidão moderna” (HAYEK,

1944). Denise Gros, em consonância com Perry Anderson, sintetiza que o neoliberalismo era um movimento situado na “crítica ao planejamento econômico keynesiano nos anos 30 e 40 na Europa”, tendo se desenvolvido “após a II Guerra Mundial e tornou-se parâmetro para programas de governo a partir da crise capitalista dos anos 70” (GROS, 2008).

Ampliando a tentativa de reflexão acerca do neoliberalismo, não deixamos de ponderar a respeito de que não se trata apenas de um preceito econômico. Muito mais que uma teoria monetarista em si, trata-se de uma semântica que passou a ser eivada de simbologias tornando-se um conceito por si só, a ponto de ser visto como um recorte histórico em si, que representou um conjunto de valores, os quais visam o predomínio no campo ideológico quanto no político, relacionado com um processo de construção de uma arquitetura social baseada na valorização radical da ideia de indivíduo acima da de sociedade, o que não deixaria de ter traços autoritários. Na obra “Os inimigos íntimos da democracia”, Tzvetan Todorov aponta para este processo: o próprio conceito de “liberdade”, quando tomado como um fim em si mesmo, acaba por desencadear um processo de tirania reversa. Tal abordagem é interessante para pensar o sentido que o neoliberalismo pode ter tomado no Chile (TODOROV, 2012).

Com os sucessivos choques do petróleo entre o final dos anos 1960 e início dos anos 1970, o modelo de “Bem-Estar Social” operado por países europeus e, em menor medida, nos Estados Unidos da América, fermentado nas barras de um período que ficou conhecido como “A era de ouro do capitalismo”, passa a entrar em decadência devido, entre outros fatores, ao elevado custo social para os estados nacionais e à busca por novas fronteiras para a reprodução de capital em setores considerados até então estratégicos e protegidos pelo Estado, tais como a exploração de recursos minerais, a metalurgia e, mesmo, os setores dedicados à gestão da população, como a previdência social. Uma desambiguação da escola neoliberal europeia surgida ao final da II Guerra surgiria em Chicago nos Estados Unidos e seria protagonizada pelo economista Milton Friedman. Nesta nova vertente, o neoliberalismo ganharia contornos e abstrações menos filosóficas e passaria a ser matematizado, instrumentalizado em cálculos e fórmulas matemáticas, que viriam a ser conhecidas como “monetarismo”, uma dimensão de uma particular Teoria da Moeda. Em tal ideia, o papel do Estado deveria ser meramente protocolar e passaria a ter como única responsabilidade a manutenção da moeda, evitando flutuações inflacionárias, além da liberdade do câmbio, o bom ambiente para os negócios privados e a eliminação das amarras dos fluxos econômicos. (ANDERSON, 1996).

Vale uma ponderação a respeito da leitura que fazemos a respeito da Escola de Chicago. Tal instituição é associada à Universidade de Chicago e é mundialmente célebre como uma das formuladoras e propagadoras do novo pensamento *neoliberal*, e tal teoria econômico-ideológica teve como um dos seus maiores vultos, durante as décadas de 1960 e 1970, o já aqui mencionado Milton Friedman, que foi docente em tal instituição entre 1948 e 1977, influenciando não apenas a aplicação do neoliberalismo no Chile do regime Pinochet (1973-1990), como também, posteriormente, em economias matrizes do capitalismo,

como os Estados Unidos, com Ronald Reagan (1981-1989), e a Inglaterra, com Margaret Thatcher (1979-1990) (BREIT, SPENCER, 1988). Desta maneira, quando mencionamos a Escola de Chicago e sua ascendência no recorte temporal aqui relatado, do ponto de vista ideológico, esta confunde-se com a história do desenvolvimento do capitalismo e do liberalismo econômico na segunda metade do século XX. Acerca da fundação da Universidade de Chicago, Howard Becker, numa conferência sobre a mesma, afirma:

A Universidade de Chicago foi fundada em 1895 a partir de uma grande doação feita por John D. Rockefeller, o milionário americano que fez fortuna na indústria do petróleo ao fundar a Standard Oil. Ele devia ter a consciência pesada e em determinado momento da vida quis fazer alguma coisa com seu dinheiro. Uma das coisas que fez foi beneficiar a Universidade de Chicago com uma enorme doação. (BECKER, 1996)

Numa série de matérias especiais chamada “Os caminhos da estatização” publicada pelo periódico nos anos 1970, *O Estado de S. Paulo* explicita a sua inquietação com o modelo estatista que o Estado brasileiro, na época governado pelo ditador Ernesto Geisel, vinha tomando. Não obstante, podemos traduzir esta leitura como uma crítica à configuração histórica patrimonialista do Estado brasileiro. Raymundo Faoro, na sua obra “Os Donos do Poder - A Formação do Patronato Brasileiro”, tem como argumento central uma explanação acerca do “atraso” do Estado brasileiro, como uma espécie de vício de origem que depois manteve suas raízes na formação da nação, configurando uma estrutura estatal parasitária. Uma superestrutura de poder estamental e patrimonial fincada no Brasil pelo império português e perpetuada com a instalação da corte por aqui. Segundo Faoro, tal modelo tomou tal capilaridade no Estado que conseguiu se manter nas entranhas do poder mesmo com as transformações políticas que marcaram o Brasil entre o século XIX e XX (FAORO, 1998).

Desta forma, é interessante voltar a refletir, o que os responsáveis pela linha editorial do liberal *O Estado de S. Paulo* tinha de oposição ao estado estamental e patrimonial, não necessariamente o tornava menos conservador, reacionários ou elitistas, é bom ressaltar que o periódico tem uma origem demarcada na elite agrária paulistana. Aqui, a oposição ao estamento e a ideia de Estado patrimonial, social, ou estatista é uma questão de alinhamento ideológico. (CAPELATO, PRADO, 1980).

### **Um jornal em estado de vigilância**

Quando uma onda de protestos irrompeu as ruas de Santiago, capital do Chile em outubro de 2019, rapidamente levando o país uma crise sem precedentes no século XXI, vários questionamentos permearam as análises de política e economia da imprensa. Os

principais giravam em torno de uma questão específica: como pode isso acontecer? O Chile era, até então, apregoadado como modelo de êxito econômico no continente. E, segundo muitos analistas e articulistas, este modelo de sucesso era decorrente da aplicação exemplar de políticas econômicas baseadas no chamado *neoliberalismo*. Ainda em 2019, em visita oficial ao Chile, o Ministro Chefe da Casa-Civil do Brasil, Ônyx Lorenzoni, sob o governo de Jair Bolsonaro, deu uma entrevista veiculada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* que fornece pistas dos motivos pelos quais compreendemos a importância de abordar a temática do presente trabalho.

No dia 21 de março de 2019, o jornal *O Estado de S. Paulo* divulgou duas matérias na sua versão web categóricas sobre o assunto: “Onyx vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador 'teve que dar banho de sangue’” e “Bolsonaro diz que o governo se inspira em modelo de Previdência do Chile”. Nelas, Lorenzoni deu a seguinte declaração: “O Chile lá atrás teve que dar banho de sangue para mudar princípios macroeconômicos (...) é uma coisa curiosa até do ponto de vista histórico. No Chile uma coisa sangrenta, e o Chile se rearrumou”. Prosseguiu fazendo um vínculo entre violência, regime Pinochet e uma pauta bastante cara ao modelo neoliberal : o sistema previdenciário. Concluiu: “mas a gente está propondo caminho muito similar ao do Chile (em relação ao modelo previdenciário) (...) a turma da esquerda se incomodou por ter reconhecido algum mérito no governo Pinochet”.<sup>3</sup>

Também na versão online, no mesmo dia, o mesmo jornal trouxe informações sobre as iniciativas do governo de Jair Bolsonaro em matéria econômica:

Bolsonaro afirmou acreditar na “capacidade e no patriotismo” do ministro da Economia, Paulo Guedes, para solucionar o problema da Previdência. O presidente brasileiro lembrou que Guedes morou no Chile durante o governo de Augusto Pinochet e está levando “em parte” o formato do sistema para o Brasil.<sup>4</sup>

Tais declarações nos remetem para uma reabilitação de um personagem que parecia ter seu lugar na narrativa histórica definitivamente situado no âmbito da tragédia e da memória traumática: o ditador Augusto Pinochet Ugarte, que chegou ao poder por meio de um sangrento golpe militar, em 1973, que derrubou e vitimou o presidente Salvador Allende, que fazia um governo respaldado numa aliança entre socialistas, comunistas e outras forças políticas. Além disso, o elevado grau de violência empregado pelo exército chileno no processo de repressão e perseguição às oposições do país durante a ditadura (PADRÓS, 2012, p. 13) não deve ser isolado de sua peculiaridade econômica, designada pelo historiador Perry Anderson como “o verdadeiro pioneiro do ciclo neoliberal da história contemporânea” (ANDERSON, 1996, p. 15).

3 Ônyx Lorenzoni, “**Onyx vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador 'teve que dar banho de sangue’**”. São Paulo, 21 de março de 2013, versão online.

4 Jair Bolsonaro, “**Bolsonaro diz que o governo se inspira em modelo de Previdência do Chile**”. São Paulo, 21 de março de 2013, versão online.

Cabe pensar que esta característica de ‘vanguarda neoliberal’ referida por Perry Anderson implementada pela ditadura chilena, contaria com o protagonismo de outro personagem, o economista monetarista estadunidense Milton Friedman,<sup>5</sup> promovendo consultorias para implantação desta nova teoria econômica aos economistas do regime também conhecidos como *Chicago Boys*<sup>6</sup> (VALDES, 1995, p. 265) e também aconselhando pessoalmente ao ditador Augusto Pinochet (KLEIN, 2005) ou dando respaldo e legitimando a implementação destas políticas,<sup>7</sup> através do que a jornalista Naomi Klein denominou como “doutrina de choque”.

A *Doutrina de choque* é conceitualmente apresentada com base na designação desenvolvida por Naomi Klein, e algo muito parecido com as afirmativas do ministro Ônyx Lorenzoni (por mais que talvez ele possa não ter pertinência de conhecer tal conceito, porém o mesmo nos faz crer que ele o conhece organicamente). A jornalista aponta que:

A doutrina do choque como todas as doutrinas é uma filosofia de poder. É uma filosofia sobre como conseguir seus próprios objetivos políticos e econômicos. É uma filosofia que sustenta que a melhor maneira, a melhor oportunidade para impor as ideias radicais do livre-mercado é no período subsequente ao de um grande choque. Esse choque pode ser uma catástrofe econômica. Pode ser um desastre natural. Pode ser um ataque terrorista. Pode ser uma guerra. Mas, a idéia é que essas crises, esses desastres, esses choques abrandam a sociedades inteiras. Deslocam-nas. Desorientam as pessoas. E abre-se uma ‘janela’ e a partir dessa janela se pode introduzir o que os economistas chamam de ‘terapia do choque econômico’<sup>8</sup>.

5 “Milton Friedman foi um economista que ficou conhecido por seus trabalhos sobre a análise do consumo e sobre a Teoria Monetária. Defensor dos princípios do liberalismo, lecionou na Universidade de Chicago entre 1946 e 1977, foi professor em Cambridge e recebeu em 1976 o Prêmio Nobel de Economia, em especial por seu livro “Capitalismo e Liberdade” e por sua influência nas práticas atuais das ciências econômicas. Sua maior realização, no entanto, foi a “Teoria da Função de Consumo”, que ele desenvolveu e publicou em 1957, trabalho mencionado com destaque na citação para o Prêmio Nobel.” (Cf: NASCIMENTO, Edson Ronaldo. **Milton Friedman e a História do Pensamento Econômico Contemporâneo**. São Paulo: Editora Ferreira, 2006, p.02. Disponível em <[https://www.editoraferreira.com.br/Medias/1/Media/Professores/ToqueDeMestre/EdsonRonaldo/edson\\_toque12.pdf](https://www.editoraferreira.com.br/Medias/1/Media/Professores/ToqueDeMestre/EdsonRonaldo/edson_toque12.pdf)> acesso em 15 de setembro de 2019.

6 *Chicago Boys* foi uma alcunha dada para cerca de 25 jovens economistas formados e/ou influenciados pela Escola de Economia de Chicago e pelo professor Milton Friedman. Os mesmos foram responsáveis por instrumentalizar a implementação do modelo neoliberal no Chile e tinham em comum a utilização da Universidade Católica do Chile como laboratório de seus estudos e prática docente. (VALDES Juan G. **Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile** (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995), p. 265.)

7 **O Estado de S. Paulo**. São Paulo, 6 de abril de 1975, p. 12. O conceito de “tratamento de choque” apresentado por Milton Friedman aparecia no jornal pela primeira vez nesta edição, na matéria intitulada “Chile tenta vencer a crise econômica”: “O debate econômico deve ser por muito tempo, ao que parece, a principal preocupação dos chilenos. Nos dias que precederam a Semana Santa, os economistas Milton Friedman, Arnold Harberger e Carlos Lagoni reiteraram uma vez mais o diagnóstico e a proposição de tratamento que a escola de Chicago oferece ao Chile. A solução, “um tratamento de choque”, de acordo com Friedman, foi ouvida com interesse e até mesmo “com devoção”.

8 KLEIN, N. **"A doutrina do choque"**. O tema do novo livro da ativista Naomi Klein. Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/176-noticias/noticias-2007/562784-a-doutrina-do-choque-o-tema-do-novo-livro-da-ativista-naomi-klein>> Acesso em 24 de setembro de 2017.

O assunto “liberalismo” enquanto agente vinculado à crise atual chilena voltou ao debate no jornal em matéria *online* do dia 24 de outubro de 2019, num blog especial chamado “Estadão na Escola”, que consiste numa página de internet voltada para dicas de vestibular e temas afins. Na matéria chamada “Protestos no Chile levantam discussões que vão de História a Artes”, a jornalista dedicou um tópico ao “liberalismo” como um dos catalizadores das manifestações atuais. Segue o excerto:

#### 7 – Liberalismo

O Chile virou referência na América Latina pelo crescimento econômico acima da média e por adotar o modelo liberal cujas reformas levaram a uma série de privatizações em áreas como saúde, educação e previdência. Nesta atividade, o aluno deverá pesquisar e comparar a implementação de medidas liberais em outros países da América Latina, observando suas consequências em cada lugar.

(...)

O professor poderá aproveitar o tema para discutir o conceito teórico de liberalismo. A sugestão é que use como referência o autor Milton Friedman, dado que seus alunos da Escola de Chicago (os “Chicago Boys”) eram os economistas de Augusto Pinochet, que iniciou a implantação de políticas liberais no Chile.

(...)

No youtube, há diversas entrevistas do próprio Friedman sobre liberalismo (<https://www.youtube.com/watch?v=skx8a90xI78>) e videoaulas que explicam, em linguagem simples, os conceitos do economista. Sugestão: <https://www.youtube.com/watch?v=duDng9IJisc>).

(...)

Há, ainda, a possibilidade de fazer a ponte com o Brasil, provocando os alunos com a seguinte questão: qual a relação entre a Escola de Chicago e o atual Ministério da Economia? Afinal, Paulo Guedes estudou na Universidade de Chicago e tem Friedman como referência.<sup>9</sup>

Cabe aqui considerar que recorrer a material recente e a processos que estão andamento no tempo imediato é uma prática das mais arriscadas para um historiador. Os recuos e aproximações que a História do Tempo Presente permitem, com eventos ainda “vivos”, abrem campos de análise e interpretações diferenciados, dadas “as diferentes percepções de tempo histórico que se cruzam nos objetos estudados, particularmente aquelas que envolvem o próprio pesquisador” (CAMPOS, LOHN, 2017, P. 102). Por outro lado, Marieta

---

<sup>9</sup> O Estado de S. Paulo. "Protestos no Chile levantam discussões que vão de História a Artes", 24 de outubro de 2019, versão online.

de Moraes Ferreira afirma que “os desafios permanecem, se atualizam e exigem novas respostas. Como lidar com eventos não terminados e, conseqüentemente, com variáveis para análise que não podem ser previstas ao se estudarem processos não finalizados?” (FERREIRA, 2018, p 87).

Os processos que dizem respeito à afirmação no neoliberalismo na América Latina formam uma História do Tempo Presente por fazer, carregada de sentidos ainda não interpretados tampouco terminados, prenhe de incertezas e contradições, e com um processo narrativo ainda em disputa. Henry Rousso afirma:

A particularidade da história do tempo presente está em que ela se interessa por um presente que é o seu, em um contexto em que o passado não está nem acabado, nem encerrado, em que o sujeito da sua narração é um ‘ainda-aí’ (ROUSSO, 2016) .

Este excerto de Rousso pode ser enquadrado com as medidas neoliberais que vem sendo fartamente debatidas nos dias de hoje, como o enfraquecimento da legislação social e trabalhista, reformas previdenciárias, corte de gastos públicos, a redução do Estado social e a luta da direita brasileira pela independência do Banco Central.

Para compreender essa contenda que está em ebulição nos jornais e debates televisivos, faz-se necessário circunscrever os processos decorridos desde que o receituário neoliberal começou a mostrar sua face ao mundo, tendo a ditadura chilena como protagonista e primeiro laboratório e os debates e aplicabilidades das suas medidas gerados desde então. Por seu lado, a imprensa brasileira representada pelo jornal *O Estado de S. Paulo* configurou narrativas que organizaram o tempo presente conforme uma determinada lógica e, ao pesquisá-la, compreendemos que o presente não se caracteriza por ser tão somente uma travessia do tempo, mas um espaço de disputas entre futuro e passado.

Sob esta perspectiva, cabe abordar as notícias de violência explícita sobre os protestos em massa no Chile em 2019 com os devidos cuidados, o que envolve recuos e aproximações no tratamento da violência perpetrada pelas forças de segurança como uma ressonância daquela praticada naquele mesmo país durante o período ditatorial. Diante disso, cabe considerar o que Rodrigo Patto Sá Motta, referindo-se ao contexto brasileiro, afirma a respeito da importância da imprensa na construção da narrativas do presente: “o impacto político das representações da imprensa é tema atual, por razões óbvias. Compreender isso melhor no período da ditadura poderá, talvez, ser útil para pensar os dilemas de hoje” (MOTTA, 2007, p. 369). Será possível estudar o passado do neoliberalismo na América do Sul sem levar em conta seu presente imediato e ser por este permanentemente afetado?

A matéria intitulada “Justiça do Chile investiga policiais que ‘crucificaram’ manifestantes em antena de delegacia”, divulgada no dia 25 de outubro de 2019 na edição on-line de *O Estado de S. Paulo*, traz os seguintes dados:

No último balanço divulgado na tarde de quinta-feira pelo INDH, 2,6 mil pessoas estão detidas em todo o país desde o dia 18, entre elas quase 300 crianças e adolescentes. Do total de 584 pessoas feridas, 245 foram por armas de fogo. O instituto abriu 59 ações judiciais, sendo cinco delas por casos de homicídios cometidos pelas forças policiais e do Exército chileno, que também trabalha nas ruas desde o decreto de estado de emergência em diversas regiões do país.

Não cabe aqui personalizar figuras, seja do presidente derrubado, Salvador Allende, do ditador Augusto Pinochet ou do economista Milton Friedman, pois sabe-se que tais personagens, Allende, Pinochet e Friedman, foram relevantes não apenas naquele recorte histórico. No entanto, na análise da forma como o conjunto de concepções econômicas representadas por estas personalidades foi abordado no periódico *O Estado de S. Paulo*, entre os anos de 1970 e 1988, cabe levar em conta a junção de processos políticos entre Chile e Brasil naqueles anos, o que envolveu ditaduras militares e um longo e negociado processo de redemocratização.

Jacques Le Goff reflete que os eventos estabelecidos como “acontecimentos históricos” ao longo do século XX estiveram interpostos pela narrativa e a interpretação da “grande imprensa”, de forma que todo o arcabouço de memórias sociais imbrica-se com o “discurso da informação” e a sucessão de eventos incorpora-se a uma história fixada que inicia a ser escrita (LE GOFF, 1994, p. 142). Não se trata tão somente de entender a imprensa em sua prática de registrar a história, mas, também, de compreendê-la como um intermediário pertinaz na construção social dos acontecimentos.

A investigação assim encaminhada procura identificar que o veículo de mídia está inserido em um contexto material, cultural, social e político. Para Tania Regina de Luca, o pesquisador “dispõe de ferramentas provenientes da análise do discurso que problematizam a identificação imediata e linear entre a narração do acontecimento e o próprio acontecimento” (LUCA, 2008). A respeito desta afirmação, é interessante pensar que o que historiador acessa dos meios impressos são as notícias, as quais são construídas a partir de uma seleção de eventos e processos que ocorrem na sociedade, o que denota alguma forma de posicionamento ideológico e uma perspectiva social. Ainda de acordo com Tânia Regina de Luca, na grande imprensa se faz presente a ação de “sujeitos sociais que, por intermédio da palavra impressa, expressam suas reivindicações, projeto, aspirações e leituras de mundo” (LUCA, 2016). Cabe aqui ressaltar novamente que a imprensa é produtora de narrativas e discursos e que esses “discursos adquirem significados de muitas formas, inclusive pelos procedimentos tipográficos e de ilustração que os cercam. A ênfase em certos temas, a linguagem e a natureza do conteúdo tampouco se dissociam do público que o jornal ou revista pretende atingir” (LUCA, 2008).

Mas a trama da leitura da imprensa não está completa sem a compreensão que o manuseio das fontes envolve identificar tanto o *espaço de experiência* que compõe a pro-

dução das matérias, editoriais e colunas, quanto o *horizonte de expectativas* de quem as escreveu ou a linha editorial que o jornal professava naquele período. Nessa mesma perspectiva, é preciso compreender que o tempo presente é um compósito de trajetórias de longa e curta durações, formando estratos de tempo, de acordo com a reflexão filosófica do historiador alemão Reinhart Koselleck. Assim, não há expectativa sem experiência e não há experiência destituída de expectativa, de maneira que estas seriam “duas categorias adequadas para nos ocuparmos com o tempo histórico, pois elas entrelaçam passado e futuro” (KOSELLECK, 2006). No período discutido, *O Estado de S. Paulo* foi um operador social com destacada participação política e manuseio das expectativas em disputa em um período de transição da ditadura para um regime que ainda não estava delineado.

René Rémond afirma que o político não estabelece uma categoria alheia das outras perspectivas da coletividade, ele “é uma modalidade da prática social” e se entrelaça com outros ângulos que constituem o arcabouço da comunidade. Tal compreensão em relação ao político foi possibilitado com o alargamento do próprio campo e a interdisciplinaridade foi primordial neste propósito. Rémond acentua “a pluralidade dos ritmos que caracterizam a história política. Esta se desenrola simultaneamente em registros desiguais: articula o contínuo e o descontínuo, combina o instantâneo e o extremamente lento” (RÉMOND, 2003). A perspectiva aqui empregada é a de que o impresso *O Estado de S. Paulo*, através de editoriais, colunas de opinião e reportagens especiais, operou na esfera política e influenciou os círculos de poder e as instituições da sociedade a partir de uma narrativa coerente.

O jornal *O Estado de S. Paulo* foi um entusiasta do golpe civil-militar brasileiro de 1964 (FILHO, 2005). Posteriormente, o diário paulista passou a perceber-se em uma proeminente posição na então emergente construção de uma narrativa histórica durante o período de redemocratização que passou a dar legitimidade a um determinado receituário de arranjos políticos e econômicos, influenciando em importante parcela dos setores envolvidos na construção da Nova República, a partir de uma legitimidade adquirida nas relações de poder em que se inseria.

Para tratar sobre a legitimidade que por vezes o discurso midiático pode criar, é bom fugir de armadilhas e tentar compreender melhor o conceito. Para Jürgen Habermas, “legitimidade” aplica-se a contextos não autoritários, o que não era o caso do Brasil e tampouco do Chile no recorte temporal analisado. Conforme Habermas, um tema, uma política, uma ideia ou conduta para ser legítima precisa satisfazer ao princípio democrático estabelecido ou socialmente aceito. (HABERMAS, 2003). Todavia, *O Estado de S. Paulo*, a despeito de seus eventuais embates com a censura, foi um diário que almejou dar uma conotação de normalidade institucional ao período ditatorial brasileiro e apresentá-lo assim à sociedade civil brasileira, além de pleitear um amplo diálogo com os próceres do regime (MOTTA, 2017).

É importante ponderar sobre qual era o público consumidor do periódico *O Estado de S. Paulo*. O impresso, embora possuísse uma grande tiragem — desde 1967 o jornal su-

perava o número de 340 mil exemplares de tiragem (atualmente, caiu a menos da metade disso)<sup>10</sup> — visava dialogar com uma elite política e econômica nacional para quem o princípio democrático poderia ser maleável a ponto de defender o processo democrático apenas quando este lhes convinha. O que o jornal vislumbrava era gerar um ciclo de opinião positiva entre os depositários do poder civil, de uma classe média que, por muitas vezes, se identificava com o regime e, desta forma, poderia ajudar a introduzir o debate nos corredores palacianos do poder militar fomentando tal legitimidade na opinião pública (BENEVIDES, 1981). Portanto, o “mercado consumidor” do periódico, ressoando um determinado discurso, produziria condutas e anseios considerados legítimos e mais racionais. E argumento “racional” para *O Estado de S. Paulo*, neste caso, era a hegemonia liberal que predominou na agenda da imprensa brasileira no referido período (FONSECA, 2005).

Desta forma, a “legitimidade” é engendrada entre os setores que avocam a posição de falarem pela chamada sociedade civil, particularmente suas elites. A legitimidade não é interligada ao real e ao palpável, e sim ao desempenho e compreensão desta sociedade. Habermas considera que as regras sociais angariam legitimidade quando “se mede pela resgatabilidade discursiva de sua pretensão de validade normativa” (HABERMAS, 2003). De tal reflexão, compreende-se que um procedimento legítimo será aquele que for despertado num discurso social contumaz e adaptado no ordenamento coletivo. É de tal discussão na sociedade civil (aqui, para o *Estado de S. Paulo*, a classe média consumidora do seu produto, a elite dominante, a elite econômica e a caserna) que se extraem os princípios para a consolidação das condutas, tornando legítimas as quais assim foram imaginadas e estimuladas (HABERMAS, 2003).

A respeito desta legitimidade concedida ao regime militar brasileiro pelo *O Estado de S. Paulo*, Rodrigo Patto Sá Motta, afirma que sua “relação com a ditadura era um desafio constante”, apesar de seus proprietários terem continuado “a apoiar as ações repressivas voltadas à manutenção da ordem social” (MOTTA, 2017).

No transcorrer da ditadura militar brasileira, extensos processos sociais influíram no cotidiano da população brasileira e auxiliaram no estabelecimento de um delineamento de novos sentidos na sociedade civil, com desdobramentos no comportamento da imprensa brasileira. Novas perspectivas culturais e marcos políticos brotavam no mundo, uma cada vez mais intensa e veloz troca de referências e influências abriu novas necessidades nas produções culturais, bem como novas expectativas socioeconômicas faziam manifestar um protagonismo mais acentuado nas classes médias urbanas. É possível identificar a aproximação entre o alcance a bens de consumo simbólicos, direitos civis, liberdades individuais e uma espécie de exacerbação da própria individualidade, o que se vincularia aqui à assimilação de novas características do capitalismo em sociedades de consumo nos anos de 1970 e 1980. Ao mesmo tempo, o interesse pela leitura de jornais e revistas contribuiu para

---

10 “Histórico Grupo Estadão”. Disponível em: < <http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti6.htm> >. Acesso em 18 de novembro de 2017.

modelar novas perspectivas em relação à política. Por outro lado, por parte do regime militar brasileiro, inicia-se o processo alcunhado de *abertura* (LOHN, 2013).

Empresários deste nicho de mercado perceberam a proporção do protagonismo político que poderiam desempenhar e começaram então a se apresentarem como peça indispensável nos debates e expectativas que circulavam no interior da chamada sociedade civil. As empresas de mídia no Brasil, de forma gradual, inspirando-se nos exemplos de grandes corporações midiáticas estadunidenses, se colocaram como indispensáveis agentes políticos da democracia, estabelecendo-se como o *quarto poder*.

A imprensa se enquadra nos estudos relacionados à História do Tempo Presente, pois a mesma age como um narrador privilegiado neste campo. Segundo Agnès Chauvenau e Philippe Tértart, tal campo historiográfico viria, na sua gênese, ao encontro de uma história renovada do campo político com o suprimento de uma demanda social surgida na década de 1950 que remonta aos traumas gerados no pós-guerra (CHAUVEAU, TÉTART, 1999), derivando do “aumento e a aceleração da comunicação, a renovação progressiva da imprensa e da edição, a elevação do nível de estudo e a força dos engajamentos ideológicos, morais, dos anos 50-60”.<sup>11</sup> Chauveau e Tértart precisam que este campo se arvora na hipótese metodológica de que a história não é apenas o estudo do passado, mas pode agir também “com um menor recuo e métodos particulares, o estudo do presente.”<sup>12</sup>

Não é possível tratar das operações narrativas promovidas pela imprensa sem considerar seu papel no âmbito da chamada *consciência histórica*, conforme a compreensão de Jörn Rüsen. De acordo com o autor, a consciência histórica é materializada no momento em que o comportamento do indivíduo diante de si mesmo e a sua associação com o “em torno” são sugestionados pelo conhecimento histórico prévio: a construção histórica designaria uma série de significados com os quais o sujeito passaria a se articular e interpretar o mundo (RÜSEN, 2007), o que inclui a organização do mundo proposta não apenas na escola, mas em diversos outros espaços que mobilizam a narrativa do tempo, inclusive em larga medida a imprensa.

O cientista político Luís Felipe Miguel afirma que a grande imprensa e os grandes conglomerados de comunicação agem consolidando-se como uma “esfera da representação política” e, assim, obtém a capacidade de “formular as preocupações públicas” enquanto propicia “esquemas narrativos que permitem interpretar os acontecimentos”, acentuando-se também como “representantes das vozes da sociedade” (BIROLI, MIGUEL, 2002). É importante compreender esta característica de modo a situar os interlocutores deste trabalho em suas relações e conflitos na produção de narrativas que angariavam legitimidade em torno da abertura política e a inclusão de novas matizes sociais, culturais e econômicas no debate público nacional no decorrer dos anos 1970.

---

11 Ibidem, p. 17.

12 Ibidem, p. 15.

Para José Luis Fiori, por sua vez, certos fatos históricos vem modificando a tessitura social das relações humanas, podendo-se estabelecer, categoricamente, uma pertinente relação entre o discurso triunfante da chamada globalização e o neoliberalismo: “não é difícil perceber que a visão mais comum do fenômeno da globalização projetada sobre o fim do século XX – como se já fosse uma realidade – uma versão atualizada da ideologia econômica liberal” (FIORI, 1998).

Embora situados em suas singularidades regionais, os processos de transição de regimes autoritários para democracias ao longo dos anos de 1970 e 1980 não escaparam de condicionantes internacionais e que devem ser observados em escala global. É relevante ressaltar que o rumo que deu origem ao processo de “abertura” política coincidiu com as consequências das sucessivas crises do petróleo. Seu prolongamento na conjuntura mundial abalou o vertiginoso crescimento econômico, fortemente subordinado a investimentos estatais e poupança externa, que viria a ser base daquele período que ficou conhecido como “Era de ouro do capitalismo”, revelando a necessidade de “relacionar o capitalismo e seus ciclos sistêmicos de acumulação ao sistema mundial e interestatal e seus quadros hegemônicos mais amplos” (VOIGT, 2010).

Alguns anos antes, mais precisamente em 1962, o economista Milton Friedman havia lançado pela editora University of Chicago Press aquela que ficou conhecida como a sua principal obra, “Capitalismo e liberdade”. Nela, o autor pontuava já na introdução que o principal tema do livro seria “o papel do capitalismo competitivo – a organização (...) da atividade econômica por meio da empresa privada operando num mercado livre – como um sistema de liberdade econômica e condição necessária à liberdade política” (FRIEDMAN, 1984). Para os editores e próceres de *O Estado de S. Paulo*, o economista poderia de fato oferecer respostas para estes temas. Saudado pelo periódico em diversos artigos e sendo protagonista inclusive de um especial levado às bancas no ano de 1981, foi exaltado numa reportagem sobre a conquista do seu Prêmio Nobel em 1976, mesmo tendo o seu nome vinculado ao do ditador Augusto Pinochet na mesma matéria, porém sem o mesmo tom de crítica que o jornal costumava direcionar a personalidades que tivessem seus nomes ligados a ditaduras consideradas hostis pela linha editorial, como, por exemplo o senador estadunidense Edward Kennedy, que ao cobrar que o governo dos Estados Unidos retirasse a ajuda financeira em forma de “ajuda militar” direcionada ao governo chileno por “desrespeito aos direitos humanos e à liberdade humana” foi acusado pelo *O Estado de S. Paulo* de possuir “estrabismo ideológico”, ser “oportunista eleitoreiro”, “tacanho”, “mesquinho” e de “fazer vistas grossas ao regime cubano”.<sup>13</sup>

No entanto, na matéria acima citada a respeito de Milton Friedman, mesmo mencionando protestos que o economista sofrera em Estocolmo por conta de sua relação próxima com o regime militar chileno, *O Estado de S. Paulo* destacou suas competências, exaltou suas capacidades de combate à inflação e repercutiu os elogios de Arnold Berger, presidente do Departamento de Economia da Escola de Chicago, a ele direcionados, “essas posi-

13 *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 13 de fevereiro de 1975, n° de página indecifrável.

ções políticas incluem sua consagração à liberdade social e econômica, uma atitude de vigilância contra os impostos e governos em geral e uma firme fé no setor econômico privado”. Em seguida a matéria reverberava também as homenagens vindas do próprio Chile, “aplausos vieram também do Chile, nas palavras do presidente da Sociedade de Fomento Fabril (...), do vice-presidente do Banco Central (...) e do chefe de departamento de Estudos do Banco Hipotecário (...)”.<sup>14</sup>

Assim, nas décadas de 1970 e 1980 ações e consensos sociais estabeleceram crenças políticas que, de acordo com Raoul Girardet, promoveram uma elucidação acessível de articulações políticas e econômicas heterogêneas (GIRARDET, 1987). Este processo abrangiu diversos estratos da sociedade civil e facilitou a compreensão popular de novas vertentes econômicas sendo apresentadas ao mundo, incluindo o neoliberalismo.

---

## Referências

### 1- Jornais

*O Estado de S. Paulo*, São Paulo, 1970 - 2019

### 1- Materiais da internet

**“A doutrina do choque”. O tema do novo livro da ativista Naomi Klein.** Disponível em: <<http://www.ihu.unisinos.br/176-noticias/noticias-2007/562784-a-doutrina-do-choque-o-tema-do-novo-livro-da-ativista-naomi-klein>> Acesso em 1 de Outubro de 2019.

**“Histórico Grupo Estadão”.** Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/historico/resumo/conti6.htm>>. Acesso em 18 de outubro de 2019.

**“Protestos no Chile são advertência para o Brasil”.** Disponível em: <<https://politica.estadao.com.br/noticias/geral/protestos-no-chile-sao-advertencia-para-o-brasil,70003078956>> Acesso em 18 de novembro de 2019.

**“Guia para entender os confrontos no Chile”.** Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral/guia-para-entender-os-confrontos-no-chile,70003058123> Acesso em 15 de novembro de 2019.

**“Protestos no Chile levantam discussões que vão de história à biologia”.** Disponível em:

---

<sup>14</sup> *O Estado de São Paulo*. São Paulo, 15 de outubro de 1976. p, 17

<https://educacao.estadao.com.br/blogs/estadao-na-escola/2019/10/24/protestos-no-chile-levantam-a-discussoes-que-vaio-de-historia-a-biologia/> Acesso em 17 de novembro de 2019.

**“Manifestantes chilenos resgatam músicas de Victor Jara e Violeta Parra”**. Disponível em: <https://cultura.estadao.com.br/blogs/bootleg-alexandre-bazzan/manifestantes-chilenos-resgatam-musicas-de-victor-jara-e-violeta-parra/> Acesso em 16 de novembro de 2019.

**“Justiça do Chile investiga policiais que crucificaram manifestantes”**. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,justica-do-chile-investiga-policiais-que-crucificaram-manifestantes-em-antena-de-delegacia,70003062663> Acesso em 20 de novembro de 2019.

**“Piñera é processado por crimes contra a humanidade após protestos no Chile”**. Disponível em: <https://internacional.estadao.com.br/noticias/geral,pinera-e-processado-por-crimes-contra-a-humanidade-apos-protestos-no-chile,70003079914> Acesso em 20 de novembro de 2019

**“Onyx vê mérito em reformas de Pinochet e diz que ditador 'teve que dar banho de sangue’”**. Disponível em <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,onix-ve-merito-em-reformas-de-pinochet-e-diz-que-ditador-teve-que-dar-banho-de-sangue,70002763624> Acesso em 1 de novembro de 2019.

**“Bolsonaro diz que o governo se inspira em modelo de Previdência do Chile”**. Disponível em: <https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,bolsonaro-diz-que-brasil-se-inspira-em-modelo-de-previdencia-do-chile,70002763838> Acesso em 10 de novembro de 2019.

## Referências Bibliográficas

ANDERSON, P. Balanço do neoliberalismo. In: SADER, E. & GENTILI, P. (Orgs). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. 3ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996. p.9-23.

BECKER, Howard. A escola de Chicago. Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996 BECKER, Howard. A escola de Chicago. Mana vol.2 no.2 Rio de Janeiro Oct. 1996

BENEVIDES, Maria Vitória. A UDN e o Udenismo. Ambigüidades do Liberalismo Brasileiro (1945-1965). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

BIROLI, Flávia Biroli; MIGUEL, Luis Felipe. Orgulho e preconceito: a "objetividade" como mediadora entre o jornalismo e seu público. in Opinião Pública, Campinas, vol 18, nº 1, Junho, 2012. < <http://www.scielo.br/pdf/op/v18n1/v18n1a02.pdf> > Acesso em 12/05/2015.

BREIT, William e SPENCER, Roger W. (Organizadores). A vida de sete Prêmios Nobel de Economia. Tradução de Elcio Cerqueira. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988, p. 79 – 94.

CAMPOS, Emerson Cesar de; LOHN, Reinaldo Lindolfo. Tempo presente entre operações e tramadas. Revista História da Historiografia. Ouro Preto, n. 24, agosto de 2017, p. 102.

CAPELATO, Maria H; PRADO, Maria L. O bravo matutino: imprensa e ideologia no jornal O Estado de S. Paulo. São Paulo: Alfa-Omega, 1980.

CHAUVEAU, Agnes e TERTART, Philippe. Questões para história do presente. Bauru, SP: EDUSC, 1999. p. 127-130.

FAORO, Raymundo. Os Donos do Poder - Formação do Patronato Político Brasileiro. (13ª ed.). São Paulo, Globo, 1993.

FERREIRA, Marieta de Moraes. Notas iniciais sobre a história do tempo presente e a historiografia no Brasil. Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 80 - 108, jan./mar. 2018.

FILHO, Celso R Figueiredo. “ESG e Estadão em 1964: limites autoritários do liberalismo”. In: Revista Adusp, nº 34, mai. 2005. p, 87.

FIORI, José Luiz. Globalização, Hegemonia e Império. In TAVARES, Maria da Conceição & FIORI, José Luís (orgs.) Poder e Dinheiro. 4ª ed. Petrópolis: Vozes,1998.

FONSECA, Francisco. O consenso forjado: a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil. São Paulo: Hucitec. 2005.

FRIEDMAN, Milton. Capitalismo e Liberdade. 2. ed. São Paulo: Abril Cultural, 1984. p,2.

GIRARDET, Raoul. Mitos e mitologias políticas. São Paulo: Companhia das Letras, 1987

GROS, Denise Barbosa. Considerações sobre o neoliberalismo como movimento ideológico internacional. Ensaio FEE, v. 29, n. 2, 2008.

HABERMAS, Jürgen. Direito e Democracia: entre facticidade e validade. Tradução de Flávio Beno Siebeneichler. 2a ed. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003

HAYEK, F.A. O caminho da servidão – São Paulo: Instituto Ludwig von Mises Brasil, 2010.

KLEIN, N. A Doutrina do Choque: a ascensão do capitalismo de desastre. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 2008

KOSELLECK, Reinhart. Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos. Rio de Janeiro: Contraponto; PUC-Rio, 2006.

KUSHNIR, Beatriz. Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. São Paulo: Boitempo, 2004.

LE GOFF, Jacques. História e memória. Campinas: Ed. Unicamp, 1994, p. 142-143

LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). História nas bancas de revista: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Toda Palavra, 2016.

LOHN, Reinaldo Lindolfo. Um longo presente: O papel da imprensa no processo de redemocratização - a Folha de São Paulo em 1974. In: Revista Tempo e Argumento, Florianópolis, v. 5, n. 10, a. 2013. p. 72 - 107.

LUCA, Tânia Regina de. A história dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes Históricas. São Paulo: Contexto, 2005. p. 111-153.

\_\_\_\_\_. Fontes impressas, historiografia e escrita da história. In.: LOHN, Reinaldo Lindolfo (Org.). História nas bancas de revistas: um país impresso: entre representações sociais e culturas políticas. Ponta Grossa: Todapalavra, 2016, p. 29

MERQUIOR, José Guilherme. O Liberalismo: Antigo e Moderno. Trad. Henrique de Araújo Mesquita. Rio de Janeiro: É Realizações, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Entre a liberdade e a ordem: o jornal O Estado de S. Paulo e a ditadura (1969-1973). Estudos Ibero-Americanos, Porto Alegre, v.43, n.2, p.367 - 379, maio/ago. 2017.

PADRÓS, Enrique. Enterrados vivos: a prisão política na ditadura uruguaia e o caso dos reféns. In: Espaço Plural. Ano XIII, No. 27, jul-dez 2012, p. 13-38

RÉMOND, René. Uma História Presente. In.: RÉMOND, René (Org.). Por uma história política. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003, p. 35-36

ROUSSO, Henry. A última catástrofe: a história, o presente e o contemporâneo. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016, p. 18.

RÜSEN, Jörn. História viva. Teoria da História III: formas e funções do conhecimento histórico. Trad. de Estevão de Rezende Martins. Brasília: Ed. UnB, 2007b.

TODOROV, Tzvetan. Os inimigos íntimos da democracia. Tradução de Joana Angélica d'Avila Melo. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

VALDES Juan G. Pinochet's Economists: The Chicago School in Chile (Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1995), p. 265.

VOIGT, Márcio R. O impacto dos choques petrolíferos na diplomacia brasileira (1969-1985). 2010. 244 f. Tese de doutorado – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UFRGS, Porto Alegre. 2010.

WOOD, Ellen M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2003.